

PROCESSO HISTÓRICO E SUAS TRANSFORMAÇÕES JUNTO À COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL WILSON MÜLLER

Lilian Aldrighi Gomes – UFPel/Escola Wilson Müller

Eixo 4: Organização do trabalho pedagógico nas escolas públicas na Educação Básica (projeto político pedagógico, gestão, currículo, avaliação, cultura, políticas de acesso e permanência)

Resumo: Este trabalho objetiva refletir sobre os primeiros dados coletados sobre a História da escola Wilson Müller, articulando a compreensão sobre a importância da escola para a comunidade escolar. Este trabalho, apresenta-se como resultado de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no cotidiano da escola, com o objetivo de contribuir no processo de qualificação das práticas de ensino/aprendizagem, de forma que se potencialize a reorganização do projeto político pedagógico da escola, a partir da proposta da Educação do/no campo. Para a coleta dos dados esta sendo utilizada a metodologia de pesquisa-ação e a análise encontra-se submetida a toda comunidade escolar. Este processo tem indicado relevância desta investigação, para que os sujeitos compreendam os limites e os avanços que se apresentam no histórico desta comunidade.

Palavras Chaves: Escola do Campo, registro da comunidade, cultura

Introdução

O processo histórico da questão agrária no Brasil anuncia a relação opressora vivenciada pela classe trabalhadora do campo, pois a sociedade brasileira apresenta a expressiva submissão desta a classe dominante deste o período colonial. Sobre este tema, Stedile afirma que o conceito sobre a questão agrária está vinculado ao processo de “interpretações e análises da realidade agrária que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”. (Stedile, 2005 p. 15 e 16). Porém além da questão agrária ser de fundamental importância para o processo básico de formação dos sujeitos do campo, este artigo pretende focar a forma de como se deu o processo do organização do campesinato e sua educação, focando especificamente na realidade da colônia Triunfo, o qual pretende mostrar como foi a forma e quem foram os precursores envolvidos na luta pela educação.

Durante os 400 anos de período colonial, do período Imperial, bem como do período Republicano, o Brasil passou historicamente por comportamentos e princípios educativos que eram desenvolvidos e aplicados contra a vida em sociedade; as mulheres, os escravos e outros que estavam junto destes não tinham sequer contato algum com o ensino formal. Sendo o mais representativo o decreto nº 1.331 de 17 de fevereiro de 1854, o qual estabelecia que nas

escolas públicas do país não seriam admitidos escravos. Partindo desta lógica, é que pretendo situar o surgimento do ensino regular no Brasil em áreas rurais que se deu no fim do 2º Império, e de lá para cá a escola no meio rural foi sendo implantada de forma precária e sem muita importância (THERRIAN,1993). Porém, na intenção de expandir a educação rural através de técnicas agrícolas, a partir de 1930, é que foi sendo considerado relevante o processo de qualificação das práticas de educação do campo, conforme Calazans (2008) isso se deu por parte de um grupo pioneiro, o chamado “ruralismo pedagógico”, os quais defendiam uma escola rural focada nos interesses da região com relação à felicidade do coletivo, bem como o individual, pois o que se tinha até então era uma economia agrária focada no latifúndio e no trabalho escravo. Desde então, os professores e intelectuais tem buscado um desenvolvimento da educação mais articulada com a realidade do campo o que tem contribuindo para garantir a melhoria da qualidade de vida dos camponeses.

Por meio de lutas travadas através dos movimentos sociais é que se conquistou em 1988 a promulgação da Constituição do Brasil, a qual efetivou a condição de um Estado democrático e de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa enquanto ser humano (STEDILE, 2005). Este processo foi se caracterizando e consolidando uma identidade socioeconômica, histórica e cultural, que compõe o campesinato. Isso se caracterizou e vem sendo articulado desde o fim do golpe militar a partir da década de 60, onde se evidencia um processo de reflexões sobre a questão agrária, o direito ao uso da terra e as condições dos trabalhadores do campo nesta realidade.

Processo que nos leva a ressaltar e diferenciar a Educação Rural e a Educação do Campo. A educação Rural corresponde a uma proposta educativa que se compromete e se caracteriza historicamente pela opressão e exclusão do povo camponês, buscando esse rompimento é que se cria a proposta da Educação do Campo, a qual é construída pelos dos movimentos sociais do/no campo que tem como base o comprometimento e a emancipação do seu povo. Assim, ela é pensada a partir das experiências de luta pela vida e produção da existência camponesa do/no campo. Foi graças a este movimento que se buscou a consolidação desse novo projeto educativo, que se consolida nacionalmente na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, na qual se identificou um novo olhar sobre a educação até então tida como rural (CALAZANS, 2008). A partir daí, estes sujeitos passam a refletir e a exigir uma Educação do/no Campo, construída junto com o povo do campo. Ou seja, uma educação que considere o campo e sua gente, seu modo de vida, sua forma de organização de trabalho, seu espaço geográfico, sua historicidade, suas identidades culturais, etc; buscando desta forma uma educação comprometida com o conjunto da população

trabalhadora e com a formação humana e social mais justa destes sujeitos. Estabelecendo assim uma proposta que,

[...] mediante a análise histórica das contradições e conflitos sociais; da aprendizagem como construção social; da política como produto do trabalho coletivo e da dialogicidade; do movimento social como expressão de uma luta que é de classe; campo como expressão de territorialidades que enfrentam constantes disputas políticas. É uma prática social orgânica que ultrapassa todos os limites da análise disciplinar, na escola e na ciência. (Frigotto, 2011, p. 97)

Compreendo a importância de se consolidar a educação do/no campo, a qual deve ser construída a partir da realidade local, o esforço reflexivo deste artigo foca-se no desafio de registro e análise da história de consolidação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Wilson Müller, situada na colônia Triunfo, 4º distrito do município de Pelotas/RS. Compreendo que,

[...] somos herdeiros de uma cultura escravocrata, autoritária e repleta de preconceitos vinculados ao núcleo constituinte das sociedades de classe. As denominações de dotado ou superdotado, inteligente ou não inteligente são a expressão do mascaramento de oportunidades desiguais, desde o ventre materno, nas sociedades estruturalmente desiguais. Daí que uma rica diferença entre os seres humanos só pode desenvolver-se em sociedades que permitam a cada ser humano ter as mesmas condições de produção da existência, e compreender que todos tem o dever do trabalho como princípio educativo [...] (Frigotto, 2011, p. 39)

O processo de pesquisa que esta sendo desenvolvido, articula-se ao objetivo de construir possibilidades de refletir e qualificar o projeto pedagógico da escola Wilson Müller, através de uma proposta investigativa pautada no registro da historicidade da escola e da comunidade local. Objetivando ainda, o fortalecimento das relações, já existentes, entre escola e comunidade, de forma que se possibilite a aproximação das propostas curriculares do contexto daqueles sujeitos do/no campo, bem como se identifique a importância de estarmos reconhecendo a educação como ação garantida pelos direitos humanos, de forma que oportunize uma formação cidadã que priorize o fortalecimento da democracia ativa, a qual tem como base o respeito às particularidades culturais e principalmente a construção de condições para que os estudantes possam se posicionar diante da sociedade sob o direito de produção de sua existência de forma digna, enquanto ser humano.

Para o desenvolvimento desta pesquisa a metodologia utilizada tem como metodologia a investigação-ação, que segundo Mion (2001) deve partir da realidade educacional, ou seja, de estratégias que por sua vez irão mediar o processo de desvelamento crítico da realidade, bem como deverão evidenciar as suas contradições e/ou situações problemas. Os instrumentos

para coleta de dados tem como base a análise documental, entrevista semi-estruturadas junto os sujeitos que fazem parte da realidade da comunidade escolar e da história da escola, também será realizado observações no cotidiano escolar, bem como na forma que se estrutura as atividades culturais da região. E, revisão bibliográfica capaz de qualificar a leitura dos dados coletados bem como as ações de intervenção no contexto dos sujeitos desta pesquisa. Cabe salientarmos que os dados coletados ainda se encontram em processo de aprofundamento teórico e de ampliação das reflexões junto a comunidade escolar, assim, este artigo apresenta as primeiras impressões e análises dos dados coletados até o presente momento.

Os sujeitos que constituem a historicidade da Colônia Triunfo na busca de uma educação do/no campo.

Antes mesmo de entender o processo educacional junto à comunidade da colônia Triunfo, faz-se necessário aqui, situar a questão agrária no Brasil e consequentemente as formas com que foi sendo estabelecido o domínio das terras dos povos do/no campo. Hoje sabe-se que antes da chegada da maioria do povo europeu no Brasil em 1500, (STEDILE, 2005) registra-se por meio de estudos a existência de vários povos vivendo já em território brasileiro, os quais tinham suas origens desde fenícios, árabes, africanos e mesmo europeus, segundo Stedile (2005) este debate com relação a época e o período histórico deve ser um tema específico para historiadores e não para questão agrária ou mesmo a relação de escola e comunidade como é o foco deste artigo.

Assim, o que pretende se estabelecer como base de análise é a forma de como os portugueses que aqui chegaram e impunham o seu modo de produção capitalista e europeu, apoderando-se do território por meio de sua soberania econômica, militar e impondo as leis políticas da monarquia portuguesa, bem como as formas e os meios de produção que desenvolvidos e manuseados por meio da exploração do trabalho escravo. Nesta realidade é que segundo Stedile vai se formando o campesinato no Brasil;

O surgimento do campesinato se deu em duas vertentes. [...] trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, do Estado do Espírito Santo para o Sul.

A segunda vertente de formação do campesinato brasileiro teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização,

Ainda segundo Stedile (2005), este povo se viu obrigado a migrar para as regiões do interior do país, se estabelecendo em terras que não tinham vias de acesso e escoassem de produção. A chegada deste povo a estas regiões foi se constituindo de forma individual e/ou coletiva, numa relação de ilegalidade sob a posse da terra, originando assim, o surgimento do camponês brasileiro e suas comunidades.

Mesmo diante desta realidade, foi com a liberação da Lei Áurea em 1888, que os trabalhadores escravizados foram se transformando em camponeses somando um total de quase dois milhões de adultos, os quais não viram outra forma de sobreviverem a não ser pelo processo da venda de sua força de trabalho. Este processo, se consolida com a queda da monarquia e os sucessivos processos históricos, desde o golpe militar do próprio exército monárquico; até 1930, onde a elite burguesa industrial organiza um golpe e toma o poder da oligarquia exportadora rural, propondo a partir de então um novo modelo de industrialização, denominado pelos pesquisadores como a “Era Vargas”. Deste período até 1960, o povo camponês foi sendo utilizado como centralidade no processo de produção do setor industrial, contribuindo muito para o importante crescimento industrial, ao mesmo tempo que resultou no avanço do êxito rural.

Após a década de 60, verifica-se uma significativa modificação na forma de produção agrícola, ficando esta completamente subordinada ao modo de produção capitalista, denominado de agronegócio. Em 1964, com o golpe militar, ficou estabelecido um acordo político entre Brasil e Estados Unidos, que engessava as relações de comércio no Brasil, traçando uma mudança radical na vida social e econômica dos brasileiros até 1985.

Com a conquista das “diretas já”, surge o fortalecimento das organizações em massa de movimentos sociais, tendo como grande expressão o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, estando este na ativa até o presente momento. São estes movimentos que vão retomar a denúncia sobre a concentração de terras na mão de poucos, exigindo a Reforma Agrária, como meio de criação de geração de trabalho e renda no campo, bem como políticas públicas que possibilitam a produção do campesinato no campo. Desde então, o que se tem denunciado é a forma com que a realidade do campo sempre foi sendo acometida, e que o processo histórico deste povo, encontra-se articulado a uma série de lutas e resistências no cotidiano do campo. Segundo Stedile (2005, p.99) “[...] a possibilidade real de transformações pacíficas, mesmo no campo, e apesar de todas as conhecidas debilidades de nosso movimento

camponês. Agora essa possibilidade existe ainda como exceção, mas amanhã, segundo todas as probabilidades indicam, poderá existir como regra.”

Diante desta compreensão é que se propõe via escola Wilson Müller, o compromisso com a história de luta e organização dos trabalhadores camponeses, considerando a importância de qualificarmos o processo de ensino, a partir do registro e análise dos processos educacionais vivenciado pelos sujeitos da comunidade da colônia Triunfo, construindo junto a esta comunidade conhecimentos que possibilitem a compreensão dos impasses travados com relação à vida camponesa e a educação que vem se estabelecendo nesta realidade.

Assim, para entendermos os processos educativos percorridos por esta comunidade faz-se necessário entendermos o período histórico vivido no Brasil, conforme já mencionado acima, e as relações que se estabelecia na época em que esta região foi sendo povoada. Para tal suscitamos questionamentos como: Quais seriam de fato as condições de acesso dos moradores do campo nas instituições de ensino? Como elas eram idealizadas? E, Como se davam as formas de acesso? Etc. Para responder estas inquietações surge à necessidade de se fazer uma pesquisa documental e uma série de entrevistas com pessoas que fizeram parte deste processo histórico, tendo como eixo central a história da educação.

Neste movimento, o que se tem pesquisado até o momento, mostra que a Escola Wilson Müller tem hoje a responsabilidade de guardar e representar por meio de documentos oficiais a comprovação dos estudantes que frequentaram outras três unidades escolares que existiram naquela região antes mesmo da fundação da Escola Wilson Müller, sendo elas: **Escola Ipiranga** que até 1960 era mantida pela comunidade pomerana e que a partir da década de 60 passou a ser assumida pelo município; **Escola União** que foi fundada em 1964 e em 2002 foi desativada; e, a **Escola Riachuelo** que até 1976 era mantida pela comunidade pomerana e a partir desta data passou a ser de responsabilidade do governo municipal, sendo desativada também desativada no ano de 1988. Os prédios que até então tinham sido prédios únicos que ficavam geralmente ao lado da Igreja e do salão da comunidade Pomerana em específico e na maioria das vezes financiadas por esta comunidade, onde a mesma cobrava uma mensalidade de seus sócios, os quais justificavam os motivos para atenderem apenas os estudantes pomeranos, limitando a aceitação e o acesso de todos os interessados.

A relevância de se coletar e registrar estes dados surgem do reconhecimento e da importância que os sujeitos que hoje coabitam a região da colônia Triunfo tem como base para compreender a educação e conseqüentemente o espaço escola. Assim, a identificação dos

processos vivenciados anteriormente nesta região, aliado ao processo de escolarização, evidencia-se limites históricos no contexto desta comunidade.

Os dados coletados até o presente momento, por meio de entrevistas e análise documental, indicam que as unidades educativas quando em funcionamento na época anterior a década de 60, encontravam-se sobre a gerência das instituições religiosas e da comunidade Pomerana, não atendendo assim, o total de crianças em idade escolar, bem como não respondiam a demanda de ensino fundamental completo.

A expressão destes dados, encontra-se dentre outras evidências, na própria dificuldade de acesso a escola, principalmente das crianças oriundos do quilombo, que não podiam frequentar a todas as instituições tidas como escolas da região. Pois o que se apresentava era uma comunidade quilombola que no decorrer dos tempos encontrava-se e ainda encontra-se submetida a uma lógica organizativa que a coloca como “esquecidos na terra”. Constituindo-se a partir de um movimento de submissão, primeiramente ao grande latifundiário brasileiro, ficando em pleno estado de pobreza depois da abolição da escravidão, e na sequência sujeitando-se a exploração de sua força de trabalho, pelos descendentes de Pomeranos, que chegam no Estado do Rio Grande do Sul pós 2ª Guerra Mundial.

Este povo, na atualidade apresenta-se como proprietário da maioria das terras na região da Colônia Triunfo, e devido a sua forma de organização socioeconômica e cultural, reforçar-se enquanto instituição, em especial sob a forma religiosa, evidencia-se um processo de “silenciamento” de um povo – os negros. Esta forma de submissão, se desenvolveu através da exploração da força de trabalho. Segundo as entrevistas realizadas, os negros, mesmo depois de ter cedido suas terras para os pomeranos, em troca de comida, o povo do quilombo se tornou cada vez mais submetido a esta comunidade ao ingressar no processo de produção do fumo, o que levou ao aprendizado da língua e dos costumes pomeranos, sofrendo assim, um processo de “aculturação”, o qual é caracterizado quando duas ou mais culturas distintas são detectadas numa região próxima e uma cultura apenas acaba sendo absorvida pela totalidade, como é o caso da cultura pomerana da região da colônia Triunfo.

A comunidade quilombola na colônia Triunfo está caracterizada com um total de 75 famílias (+ ou – 450 pessoas), as quais sobrevivem como pião nas lavouras dos pomeranos ou como biscate para os moradores da região. O processo de reconhecimento por parte desta comunidade partiu, segundo entrevista com o presidente da comunidade quilombola;

“a busca pelo reconhecimento do espaço onde existe hoje a maior concentração de quilombolas, se concretizou pela ação conjunta com o Ministério público e que por

oferta das políticas públicas, inicialmente por parte do governo federal com o projeto: “Luz para Todos”, adquirimos junto ao ministério o direito de usufruir de energia elétrica. Logo após, veio o processo de aquisição do Programa bolsa escola e bolsa família, também via ministério público. A dificuldade encontrada foi a comprovação da terra, a comprovação da escritura das terras onde estávamos morando, sem este documento agente também não tinha o comprovante de que somos agricultores, o modelo 15. [...] De 2002 a 2004 foram construídas 26 casas pelo programa RS rural, e hoje quase todas as famílias possuem casas de alvenaria. Porém, ainda existem 26 famílias morando em condições precárias. Antes destas políticas públicas a comunidade quilombola muitas das vezes tinha de pedir dinheiro emprestado quando não havia serviço de pião até chegar à época de plantio ou colheita da safra do fumo. Em 2009 a comunidade conseguiu junto a Fundação Palmares a certidão e o reconhecimento da comunidade Quilombo do Algodão e que possui uma extensão de terras demarcadas por 7 km de largura e 24 km de comprimento. (Presidente da Comunidade do Quilombo do Algodão, 2012)

A transformação da realidade quilombola apresenta-se como a essência das modificações da escola Wilson Müller, pois diante das exigências por seus direitos, os filhos desta comunidade passam a integrar o quadro da comunidade escolar. Processo, que se evidencia na própria forma de classificação da escola, que em 2010 tinha no quadro de estudante 60% de descendentes de pomeranos, 30% descendentes de quilombo e 10% de outras etnias, na atualidade estes dados se apresentam modificados, nos quais temos 50% de pomeranos, 40% quilombolas e 10% de outras etnias. Processo viabilizado pela oferta do Programa de Educação de Jovem e Adultos - PEJA.

Retomando ao registro da história da Escola Wilson Müller, e o seu processo de criação cabe destacar que na entrevista realizada com a Sr. Müller e sua filha (esposa e filha do doador do terreno da escola) que, desde 1971 é do desejo do Sr. Wilson Müller e alguns membros da comunidade, o desejo de construir uma escola local e que esta deveria ser comprometida com os interesses e anseios das pessoas que ali viviam, sendo um deles o acesso mais próximo aos filhos da comunidade, uma vez que neste tempo não havia a oferta de transporte escolar.

Ainda nesta entrevista, identifica-se que no mesmo ano, cria-se nas dependências da casa do comerciante Wilson Müller a primeira sala de aula, composta por mais ou menos 15 estudantes e atendia os filhos dos moradores próximos a este estabelecimento, não fazendo distinção daqueles que se interessavam pelo ensino, ou seja não era negado o ensino as crianças originárias do quilombo, pois nesta primeira turma a proporção de estudantes oriundos do quilombo era superior ao número de estudantes pomeranos . Já nesta ocasião, o município era responsável pelo pagamento da professora que atendia a turmas multiseriadas, sendo duas turmas pela manhã e duas turmas pela tarde. A professora era moradora da

colônia, mas não especificamente da região da colônia Triunfo e durante o tempo que funcionou neste local passou a se chamar: Escola sem Denominação da Colônia Triunfo.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Wilson Müller, foi fundada no terreno do então comerciante e que segundo a Sr. Müller, foi inaugurada em 31 de julho de 1977 através de uma promessa de campanha eleitoral municipal, o então deputado Ari Alcântara aliado ao candidato eleito Irajá Andara Rodrigues, onde o Secretário da Educação: Professor Jader Andara Rodrigues oficializou via Governo Municipal o atual prédio da Escola, o qual passou a se chamar: Profª Mª Broquá Pinheiro. Segundo a filha do Sr. Wilson Müller, seu pai sempre mostrou um interesse pela conquista do direito a educação para todos os moradores da região. O nome desta escola foi trocado no ano de 2002 em resposta a um movimento inicial da família Müller e que por conta do falecimento do Sr. Wilson Müller em 1999, a família achou por bem homenageá-lo, e organizou então um abaixo assinado junto à comunidade, levando ao conhecimento de governo local e solicitar o andamento da troca oficial do nome da escola, passando assim a se chamar: Escola Municipal de Ensino Fundamental Wilson Müller. Porém, como já anunciado anteriormente, esta escola ainda não oferece o ensino fundamental completo.

A Escola Wilson Müller: o significado do espaço e a resistência dos sujeitos

As vivências no cotidiano da escola estão vinculadas a historicidade da comunidade local, que conforme já anunciado anteriormente, caracteriza-se por expressiva dualidade étnica: descendentes de pomeranos e quilombos. A atividade econômica é aproximadamente de 95% de agricultura familiar, submetida à monocultura do fumo, e 5% das propriedades, desenvolvem sua unidade produtiva pautada na diversidade de culturas agrícolas, leiteira e aviária.

Porém, a lógica que tem se estabelecido ao longo dos anos nessa região ainda não aprofundou os conhecimentos sobre as questões agrárias e não se vê por parte de nenhuma instituição a busca de encaminhamentos e soluções que de fato represente a totalidade dos sujeitos que ali convivem. Também, observa-se que não se destaca nenhuma liderança local com claro entendimento sobre as questões que condicionam as relações nesta comunidade. Ao evidenciar esta fragilidade, a escola tem se proposto a realização de ações junto com a comunidade escolar, com o objetivo de construir coletivamente reflexões capazes de potencializar a organização local, evidenciando os limites que se apresentam no cotidiano produtivo, social e cultural, buscando encontrar possibilidades efetivas de transformação.

Construindo assim, um movimento que visa a problematização sobre a lógica questão agrária, como ela se origina, e como ela esta sendo tratada por parte dos governantes, os condicionantes da monocultura do fumo para o desenvolvimento da comunidade da colônia Triunfo, trabalhando simultaneamente formas mais adequada as necessidades locais, como entendimento sobre o processo de democratização e suas implicações no cotidiano educativo e camponês, desvelando os limites do processo de construção do conhecimento, ou seja a educação como forma de mediar e amenizar os processos de desumanização aos quais são submetidos os sujeitos que ali convivem.

Hoje a escola tem como caracterização de sua comunidade escolar um total de 123 alunos. Já no quadro de professores, conta com um número de 13 professores e 07 funcionários. O que se tem como problemática maior, na compreensão da comunidade escolar está refletido na falta de estrutura física, mas as análises realizadas até o presente momento indicam que, as dificuldades dos processos de ensino/aprendizagem estão relacionadas a falta de ações pautada na realidade dos sujeitos que constituem a comunidade em geral da colônia Triunfo.

Indica-se nestas análises que a necessidade de se utilizar e otimizar a lógica do raciocínio do passado para então, reconhecer o presente e propor futuro, para que juntos possamos compreender as contradições que se apresentam atualmente no cotidiano da escola, buscando indícios que devem ser analisados e referendados, para que se possa construir as devidas transformações voltadas as necessidades dos sujeitos que constituem a escola. Propondo assim, metas a serem alcançadas de forma que estas sejam oferecidas a todos os sujeitos de direito, pois é preciso, pesquisar e arriscar novas experiências para encontrarmos juntos o caminhar com uma prática pedagógica coerente para e com os sujeitos do campo. Assumindo assim, o desafio de olhar primeiramente para dentro da escola, reconhecendo os sujeitos que a constitui, sua condição social, sua identidade, como foi seu processo de formação nas relações sociais e propor então uma outra educação. De forma que esta, encontre-se pautada no olhar para as relações humanas ao nosso redor e para as condições socioeconômicas que condicionam os homens e mulheres da classe trabalhadora, condicionando-os a naturalização da submissão desta comunidade a lógica do capital.

Observa-se que a retomada desta problemática e a preocupação por parte de diferentes forças econômicas, sociais e políticas, mais intensamente a partir do séc. xx, e com a reorganização das políticas públicas e agrárias, bem como as deliberações das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo é que se detecta a mudança de

comportamento da população que desconhecia a importância das famílias do/no campo, que antes mesmo de se sentirem donos de terras e agricultores são considerados sujeitos de direito fundamentados pela lei dos direitos humanos.

Como se vê, no âmbito de um federalismo nacional ainda frágil, o financiamento de atendimento escolar na zona rural está sob responsabilidade da União e passa a contar, nos termos da legislação vigente, com recursos vinculados à sua manutenção e desenvolvimento. Naquele momento, ao contrário do que se observa posteriormente, a situação rural não é integrada como forma de trabalho, mas aponta para a participação nos direitos sociais. (Diretrizes do campo, 2002, p. 12)

Este processo tem vínculo maior e de responsabilidade da escola como mecanismo transformador de um povo de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua totalidade, independente de etnia, valorizando seus costumes, seus hábitos e comportamentos de forma a que estes busquem o respeito às diferenças e as características próprias de grupos que são tidos como minoria. Assim sendo a educação do campo tem sua base de sustentação fundamental pautada no Pronera, o qual considera que o território do campo deve ser compreendido para um espaço muito mais além do que o específico para agricultura, mas que deva ser um território de produção de vida e de construção das relações sociais entre homens e mulheres, entre o que é natural e o que é mecanizado, entre o rural e o urbano, enfim o campo deve ser um espaço para o processo histórico, cultural, pacificador e humanizado, junto aos processos de resistência, mas que no fim tem como meta o essencial para o processo de formação cidadã de qualquer sociedade direcionado para emancipação do povo brasileiro.

[...] ainda, trata-se de qualificar os dirigentes, lideranças e pessoas das comunidade e assentamentos, na perspectiva da superação dos desafios colocados por uma realidade cada vez mais difícil, tanto para a construção cotidiana de alternativas, como para a instituição de direitos e para transformações em níveis mais profundos, na direção de colocar no centro das preocupações o ser concreto e o seu bem-estar. Desse modo a pesquisa, para os movimentos sociais, deve propiciar a qualificação da intervenção dos militantes nos diferentes espaços de atuação e deve contribuir para o avanço da organização como um todo, na perspectiva de superação dos desafios que enfrenta. (Caldart e Paludo, 2005, p. 24)

É nessa visão que ao analisar os dados já coletados e que apontam para uma desigualdade entre brancos e negros, ricos e pobres é que se propõem buscar subsídios essenciais para se estabelecer as relações necessárias de forma com que esta venha contribuir esta pesquisa na busca de uma educação pautada na dialogicidade, alicerçada no diálogo das relações de humildade e solidariedade, ou seja numa relação que se concretiza na horizontal, no diálogo aberto em que homens e mulheres possam sempre dispostos e prontos para a

garantia a esperança de dias melhores e na luta por políticas públicas específicas e que contribuam para a reversão deste quadro de que os remanescentes de quilombo ainda são caracterizados como sujeitos sem conhecimento. Quando há a ausência de liberdade para que todos possam expor suas idéias, conseqüentemente existe a ausência de conscientização e uma escola sem política educacional ou a mesma construída sem uma consciência crítica esta pondo em jogo o processo educacional e sim tornando a massificadora das consciências crítico-reflexiva dos fatos que estão empíricos. Como diria Paulo Freire uma ação política entendida como bem-comum é que pode mediante o diálogo, buscar ou almejar a transformação através da consciência crítica. Não se consegue educar um povo imerso na passividade, que já tem como hospedeiro e opressor mesmo apesar de continuar sendo oprimido.

Referencias Bibliográficas

CALAZANS, Costa Julieta Maria. **Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória.** In THERRIEN, Jaques, e DAMASCENO, Nobre Maria. Educação e Escola do Campo. Campinas: Papirus, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Mudanças societárias e as questões educacionais da atualidade no Brasil.** Revista Ciência & Opinião. V. 2. nº 1/2. Curitiba. Jan/dez de 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (O Mundo, hoje; 24).

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa,** RJ: Paz e Terra, 2000.

CALDART, Roseli Salete, PALUDO, Conceição, DOLL, Johannes. **Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores.** Brasília: PRONERA : NEAD, 2006.

MION, Rejane Aurora; SAITO, Carlos Hiroo (orgs.). *Investigação-ação: mudando o trabalho de formar professores.* Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - Teoria e Prática.** Editora Alternativa. 5ª edição. Goiânia. 2004.

MION, Rejane Aurora; DE BASTOS, Fábio da Purificação. **Investigação-ação e a Concepção de Cidadania Ativa.** In: MION, Rejane Aurora; SAITO, Carlos Hiroo(orgs.). *Investigação-ação: mudando o trabalho de formar professores.* Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola pública.** São Paulo: Ática, 1997.

SAVIANI, Demerval. **Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação v.4 nº40, jan/abr. 2009.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6º ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular e Educação (Popular) do Campo**. In: MIRANDA, & SCHWENDLER, (Org.). *Educação do Campo em movimento: teoria e prática cotidiana*. Vol. 1. Curitiba: Ed.UFPR, 2010.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

THERRIEN, Jacques. **Educação e Escola do Campo**. Campinas, Papirus, 1993.